

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.452.787 - SP (2019/0046425-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE AMERICANA

**PROCURADORE : CAROLINE MARTINS REIS E OUTRO(S) - SP222713
S**

ANGELICA LORENCETTI RAMOS CICCONE - SP286915

AGRAVADO : KELEN CRISTINA BUENO CASTELLANI

ADVOGADO : RENATO AZENHA DEFAVARI - SP337331

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **Município de Americana** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 138):

Cargos em comissão Município de Americana Pedido de verbas rescisórias Admissibilidade, mesmo que os cargos tenham sido declarados inconstitucionais Servidores que trabalharam de boa-fé e não podem deixar de receber pelo serviço realizado, sob pena de enriquecimento sem causa da Administração Dano moral não configurado Recurso parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante sustenta que "*os cargos em comissão de Assessor Executivo e Diretor de Unidade foram declarados inconstitucionais pelas ADIs 0229475-08.2009.8.26.0000 e 0181366-55.2012.8.26.0000*" (fl. 155), o que ocasionou a nulidade dos contratos e, por esta razão, retirou o direito ao recebimento de verbas rescisórias deles decorrentes.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Cumprе observar que a parte recorrente não amparou o inconformismo na violação de qualquer lei federal. Destarte, a ausência de indicação do dispositivo legal tido por violado implica deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo a incidência da Súmula 284/STF ("*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*"). Nesse diapasão: **AgRg no AREsp 157.696/SC**, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 22/11/2012; **AgRg nos EDcl no Ag 1.289.685/RS**, Rel.

Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 6/8/2010.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo. Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

